# HISTÓRIA DAS LUTAS DO POVO BRASILEIRO

## 2ª Parte

*Das lutas pela independência nacional à "proclamação" da República*

Escola Popular

# História das lutas do povo brasileiro

Das lutas pela independência nacional
à "proclamação" da República

**2ª Parte**

**Escola Popular**
**2009**

**Idealização e Realização:**
Escola Popular

**Capa e Ilustração:**
Batalha de Belém, Cabanagem;
Cena da Guerra dos Farrapos de José Wasth Rodrigues: reprodução parcial de óleo do acervo da prefeitura de São Paulo;
"Os emigrantes", pintura de Antonio Rocco, Pinacoteca de São Paulo, 1910

Alex Soares

**Projeto Gráfico e Diagramação:**
Daniel Silva

**Elaboração:**
Rômulo Radicchi
José Ricardo Prieto

*Aos Camponeses Pobres do Brasil*

*À memória do companheiro*
*Aroldo Almeida de Souza, trabalhador*
*rodoviário que dedicou boa parte de sua*
*vida a luta de sua classe.*

# Uma revolução chamada Cabanagem

*por Nazareno Tourinho*

"Em qualquer situação
Sem ter medo de visagem
Canto uma revolução
Que se chamou Cabanagem
Canto com meu coração
Canto com minha coragem
Canto com a arma na mão
Canto com essa mensagem:
Tapuios da minha terra
Caboclos do meu Pará
Tão ruim quanto uma guerra
É viver ao "Deus dará"
Em uma paz mentirosa
Que deve ter outro nome
Porque é sempre enganosa
A paz do povo com fome".

# Índice


Introdução.....09

Confederação do Equador.....12

A Guerra dos Farrapos.....17

Cabanagem.....22

Balaiada.....25

A Revolta Praieira.....28

A Lei de Terras de 1850.....32

Imigração e nascedouro da indústria no Brasil.....35

O abolicionismo.....42

Reestruturação do Estado Brasileiro

com a "Proclamação da República".....45

Trocando em miúdos.....47

Indicações de leitura.....49

# Introdução

A chamada independência brasileira, conforme analisou o historiador Nelson Werneck Sodré, tomou forma de um arranjo político entre as classes dominantes. O antigo poder da metrópole foi transferido para o novo governo, chefiado por D.Pedro I, apoiando-se nos grupos dominantes da ex-colônia. As lutas de resistência ocorreram de forma descentralizada, além de sofrer uma grande repressão. É preciso também ressaltar que dos processos de independência de todas as colônias da América, apenas o Brasil resultou em uma monarquia, tendo todos os outros países americanos adotado a República como forma de governo.

Ainda em 1822, era convocada uma Assembléia para elaborar a primeira constituição brasileira. A maioria dos membros desta Assembléia Constituinte representava e defendia os interesses dos grandes proprietários de terra (latifundiários). Da primeira a última linha, a constituição de 1824 preocupou-se em ampliar os poderes dos dominantes e anular os direitos do povo.

É também neste momento que se aprofunda o domínio inglês em terras brasileiras. Para reconhecer a independência do Brasil, os ingleses exigiram que o novo governo brasileiro acabasse com o tráfico negreiro o mais rápido possível; nesse sentido, foi assinado um tratado com o governo britânico em 1826. Além disso, a Inglaterra negociou com o Imperador brasileiro a renovação do tratado de Comércio de 1810 (tratado que concedia consideráveis vantagens comerciais para a Inglaterra).

Afinal, por que a Inglaterra queria o fim do tráfico negreiro? Era época do nascedouro da grande indústria e a burguesia inglesa já "estava de olho" na distribuição de seus produtos para um mercado consumidor. O escravo, não tinha dinheiro para comprar esses produtos, a não ser que recebesse um mísero salário.

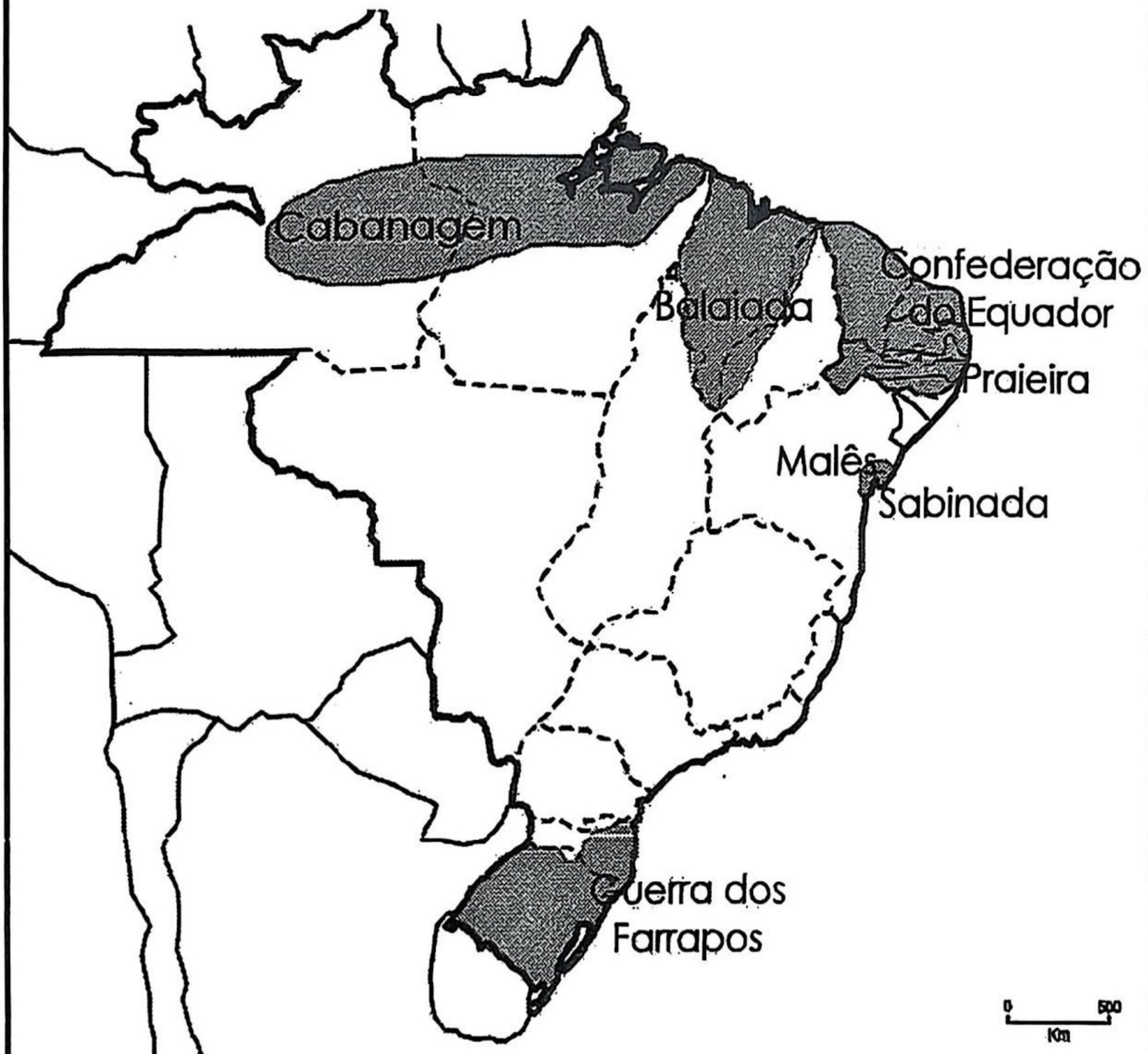
Os grupos dominantes que participaram da "independência" e da organização política do país não constituíram um grupo homogêneo. Daí a existência de muitas disputas e rivalidades entre eles no período pós-independência. Podemos afirmar, que foi um Reinado marcado por regências, abdicação e tensões políticas.

Esse período da História do Brasil também ficou marcado pelo grande número de revoltas (rebeliões) que surgiram pelos quatro cantos do país. Muitas pessoas lutaram e morreram reivindicando mudanças sociais. Contudo, é necessário ressaltar que devido ao grande atraso feudal da época não foi possível lutas mais consequentese nem mesmo a conformação de um partido burguês convicto.

O segundo caderno de **História das Lutas do Povo Brasileiro** tratará dessas lutas, apontando-as de forma simples, mas ao mesmo tempo conseqüente e justa, diferente de determinadas análises acadêmicas e de alguns livros didáticos.

Geralmente, ao se estudar o período do império brasileiro cansamos de somente escutar os nomes de Pedro I, Pedro II e José Bonifácio. Neste caderno, ouviremos os nomes de Domingos Onça, João do Mato e Manoel Francisco dos Anjos e entre outros; gente vinda do povo e verdadeiros brasileiros.

# Mapa das Lutas pela Independência Nacional



# Confederação do Equador

A **Confederação do Equador** representou a principal reação contra a tendência absolutista e a política centralizadora do governo de D. Pedro I (1822-1831), esboçadas na Carta Outorgada de 1824, a primeira Constituição do país. Ocorreu em algumas capitanias do nordeste brasileiro e teve como principal liderança Frei Caneca.

O início do período imperial brasileiro foi marcado por atitudes autoritárias e centralizadoras de D. Pedro I. Eram citados como exemplo dessas atitudes o fechamento da Assembléia Constituinte, a expulsão de deputados, a censura à imprensa, a outorga (imposição) da constituição de 1824 e a instituição do Poder Moderador, considerado um instrumento de opressão e tirania.

A resposta mais enérgica dos liberais às atitudes autoritárias de D. Pedro I explodiu no nordeste, em julho de 1824, liderada pela província de Pernambuco. Era a Confederação do Equador.

O centro irradiador e a liderança da revolta coube à Província de Pernambuco, que já se rebelara em 1817 e enfrentava dificuldades econômicas. Além da crise, a província se ressentia ao pagar elevadas taxas para o Império, que as justificava como necessárias para levar adiante as guerras provinciais pós-independência (algumas províncias resistiam à separação de Portugal).

A revolta estourou quando D. Pedro I nomeou um novo presidente para Pernambuco, contrariando o desejo das forças

Confederação do Equador (1824)

políticas locais. Liderados por Manuel Pais de Andrade (presidente eleito da província), os revoltosos desejavam formar a Confederação do Equador, que seria um novo Estado, reunindo as províncias do Nordeste sob o regime republicano e federalista (isto é, respeitando-se a autonomia de cada província).

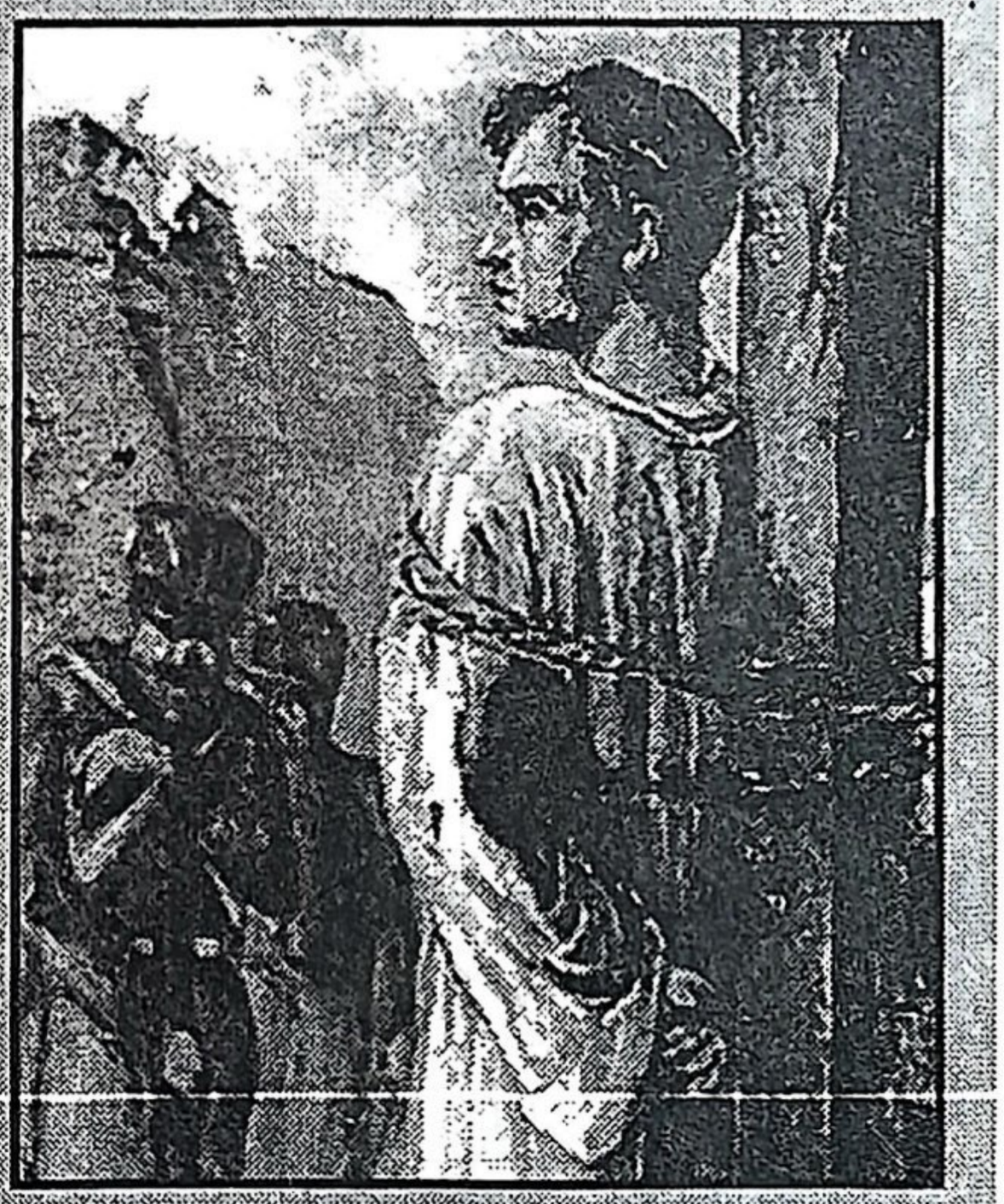
Os líderes mais democráticos da Confederação do Equador defendiam a extinção do tráfico negreiro e mais igualdade social para a maioria do povo. Essas idéias assustaram os grandes proprietários de terras que, temendo uma revolução popular, decidiram se afastar da Confederação do Equador. Com isso, o

movimento enfraqueceu e não conseguiu resistir à violenta repressão que foi organizada pelo governo imperial.

Com dinheiro emprestado da Inglaterra, D. Pedro I contratou a esquadra naval do mercenário Lorde Cochrane para esmagar a Confederação, além disso, marchou para o nordeste uma força terrestre comandada pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

Como nos tempos coloniais, o imperador D. Pedro I usava de brutal violência com aqueles que lutavam por um país livre e justo. Contudo, essa violência não conseguiu apagar a brava resistência empreendida pelos revoltosos da Confederação do Equador, que definitivamente marcou a trajetória de luta do povo brasileiro.

## Frei Caneca



Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca nasceu em Recife, Pernambuco no ano de 1779, e foi executado pelo exército reacionário no dia 13 de Janeiro de 1825. Foi professor de Geometria e Retórica; pertencia a ordem dos Carmelitas. Em 1817, envolvendo-se no movimento revolucionário de Pernambuco, foi preso e condenado, sendo nesta ocasião enviado para a Bahia onde cumpriu a pena de quatro anos.

Regressando a Recife envolveu-se novamente na política. Contrário à orientação política de D. Pedro I desencadeia uma obstinada campanha na imprensa, através do jornal "Tífis Pernambucano". Essa atitude naturalmente o tornou mal visto aos olhos do Governo Imperial. Com o surgimento do novo movimento revolucionário em 1824; foi um dos grandes revolucionários da Confederação do Equador.

Caneca não conseguiu ocultar seus ímpetos políticos, atirou-se inteiramente à campanha com objetivo de concretizar seus ideais. O movimento foi sufocado pelo governo quando sobreveio a derrota. Foi preso, condenado e aprisionado, levado a julgamento por uma comissão militar. Comprometido com o movimento revolucionário, viu-se condenado à sentença máxima (à forca). Nenhum escravo ou condenado teve coragem de executá-lo, decidiu-se então que seria fuzilado. E assim, tombou um dos grandes lutadores que o Brasil já teve.

## Controle de Leitura

1) Faça com seu grupo uma leitura coletiva, marcando no texto as palavras que você não compreendeu. Feito isso, procure debater o seu significado dentro do próprio grupo.

2) Após a leitura e solucionada as dúvidas em relação aos significados das palavras, o grupo deverá levantar no máximo três questões considerados pela maioria como as mais importantes ou que merecem uma discussão mais profunda. Elas deverão ser anotadas em um pedaço de papel e entregues ao monitor.

3) Com base na introdução do caderno o grupo deverá responder:

a) Por que a chamada Independência brasileira tomou forma de um arranjo político?

b) Quais eram os reais objetivos da Inglaterra com o fim do tráfico negreiro?

4) Quais eram as principais bandeiras defendidas pelos revolucionários da Confederação do Equador?

5) Reflita com seus companheiros de grupo: Por que será que nenhum elemento do povo e até mesmo militar não quis executar Frei Caneca?

# A Guerra dos Farrapos

A guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha foi o conflito armado ocorrido no atual território do Rio Grande do Sul no período de 20 de setembro de 1835 a 01 de março de 1845. Teve como principais lideranças Bento Gonçalves e Giuseppe Garibaldi e foi considerada a luta mais duradoura já ocorrida no Brasil (10 anos ininterruptos). Muitos foram os motivos que formaram o movimento farroupilha, destacando-se:

- o descontentamento dos estancieiros com as altas taxações sobre seus produtos, em especial o charque, cujos impostos eram maiores sobre o produto nacional do que do importado do Uruguai;

- o desagrado dos militares com as decisões corporativas e não qualificadas relativas às promoções militares, sendo relegados ao segundo plano no cenário militar imperial;

*Cavalaria do exército dos farrapos, óleo sobre tela, 1893*

- a instigação de idéias liberais e democráticas por parte de estrangeiros expulsos de seus países - republicanos e carbonários - que para lá se exilaram; e por alas oposicionistas do Governo, em especial

os chamados jurujubas *farroupilhas* — daí derivando o nome da revolução;

- a disseminação de ideais separatistas, tidos por muitos gaúchos como o melhor caminho para a paz e a prosperidade, a exemplo da Província Cisplatina;

Desde o final do século XVIII, a criação de gado era à base da economia do Rio Grande do Sul. O charque (carne salgada) era consumido em todo o país e o couro dos animais, exportado para a Europa.

*Retrato de Bento Gonçalves, século XIX*

Os estancieiros gaúchos sofriam, porém, a concorrência dos países platinos (Argentina e Uruguai) que, produzindo carne com mão-de-obra livre, a vendiam por preços mais baixos.

O governo Imperial hesitava em adotar medidas protecionistas a favor dos criadores brasileiros, o que levou alguns jornais, como *O Constitucional* Rio-Grandense, a defender idéias separatistas. Em 1834, a aprovação de um novo aumento de impostos para a província gaúcha determinou o início da rebelião.

No dia 20 de setembro de 1835, os estancieiros, liderados por Bento Gonçalves, depuseram o presidente nomeado pelo governo central, ocuparam Porto Alegre e proclamaram a República Rio-Grandense.

Bento Gonçalves foi preso pelas forças imperiais e enviado para Salvador. Mas conseguiu fugir da prisão e retornou a sua província natal, onde assumiu a presidência em 1837.

A luta federalista prosseguiu, incorporando os trabalhadores das fazendas, escravos e homens livres, ávidos por justiça e melhores condições para viver. Liderados pelo italiano Giuseppe Garibaldi (um revolucionário que havia sido exilado de seu país, por participar ativamente das lutas pela Unificação Italiana) com um importante auxílio de sua companheira Anita Garibaldi, os rebeldes atacaram Santa Catarina, em 1839, e proclamaram a República Juliana. O nome deveu-se ao fato de a república ter sido proclamada no mês de julho.

A República Rio-Grandense decretou sua própria Constituição. Esta constituição apresentava um caráter progressista, apontando o fim do tráfico de escravos, liberdades democráticas e ampliação de direitos fundamentais para o povo. O processo de negociação de paz do Rio Grande só começou a se tornar possível em 1842, quando o barão de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, assumiu a presidência do Rio Grande do Sul e empenhou-se em negociar com os estancieiros. O acordo de paz foi assinado em 1845, garantindo liberdade aos escravos que participaram das lutas, assim como a devolução das terras confiscadas aos fazendeiros gaúchos.

*Giuseppe Garibaldi, 1860*

Marcada pela resistência do povo do sul do nosso país e pela direção honrada de Bento e Garibaldi, a Guerra dos farrapos foi uma demonstração efetiva da justeza da luta contra a exploração dos dominadores.

# Revolta dos Malês

Durante as três primeiras décadas do século XIX a província da Bahia foi palco de várias rebeliões de escravos. A mais efetiva delas ocorreu quando negros muçulmanos pertencentes às tribos dos haussás e nagôs, e denominados "malês" porque liam e escreviam no idioma árabe, se insurgiram contra a escravidão e a imposição da religião católica.

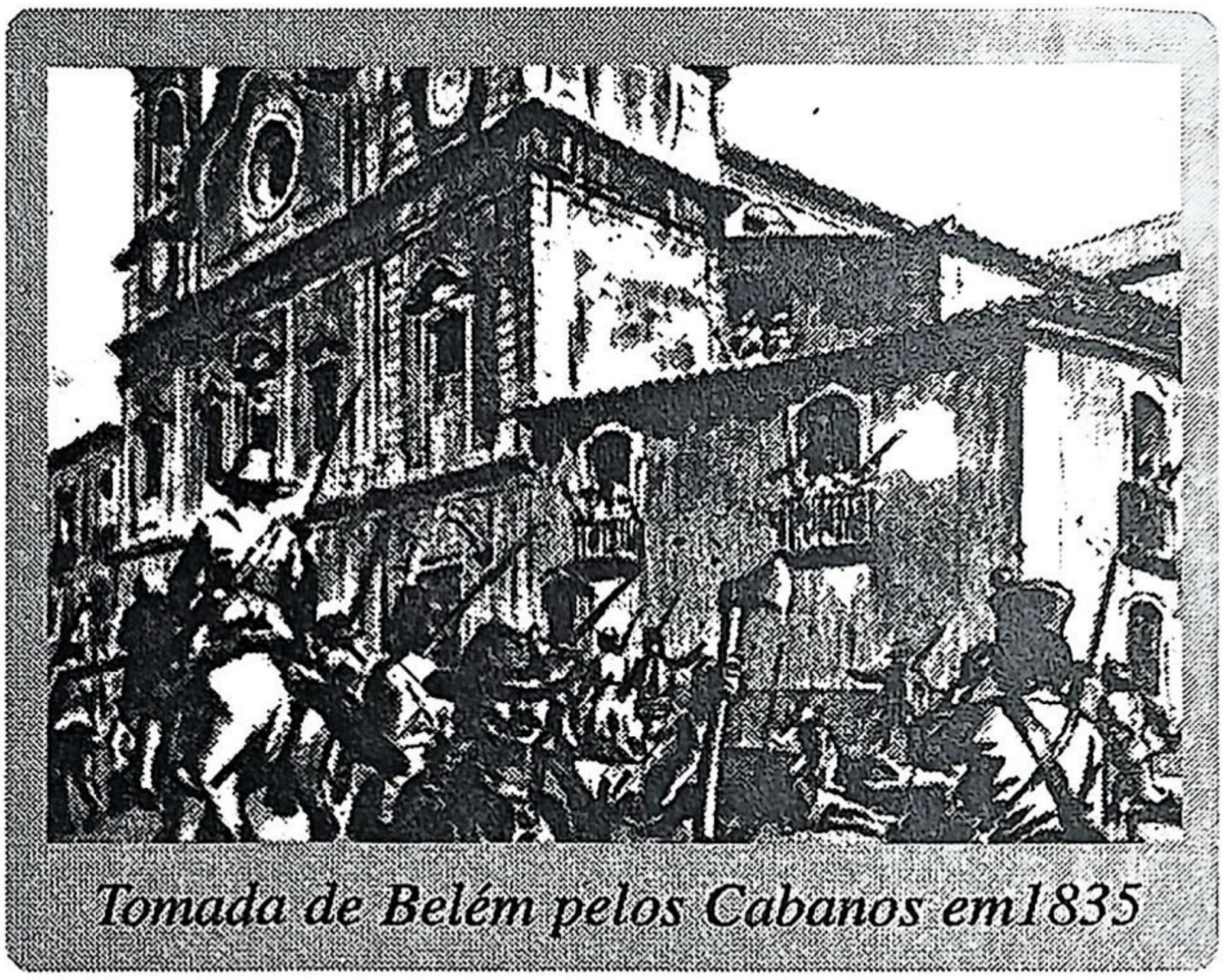
Na época, metade da população residente na cidade de Salvador era composta por negros de culturas e procedências africanas diferentes, com a maioria deles formada pelos chamados "negros de ganho", aqueles que realizavam tarefas por dinheiro e por isso tinham mais liberdade que os negros que trabalhavam para o latifúndio. Eles exerciam pequenos ofícios rentáveis, como o de alfaiates, carpinteiros, vendedores ambulantes e acendedores de lampião; podiam circular com certa facilidade pelas ruas; e alguns, economizando parte dos ganhos que recebiam, conseguiam comprar a própria alforria. No entanto, mesmo libertos, os negros continuavam sendo tratados com desprezo pelos brancos, e não tinham qualquer possibilidade de ascensão social.

Esta situação levou-os a se revoltarem contra os dominadores, promovendo em janeiro de 1835 a mais importante dessas revoltas. Foi quando cerca de 1500 negros iniciaram um movimento com a finalidade de libertar seus

companheiros islâmicos e justiçar brancos e mulatos considerados traidores. Planejada por alguns integrantes que já haviam combatido na África, a rebelião pretendia primeiramente acabar com o catolicismo, religião que lhes era imposta por seus donos, e também justiçar e confiscar os bens de todos os brancos e mulatos.

Apesar de contida pelas forças repressivas a revolta dos "malês" demonstrou ao povo um grande potencial de contestação e rebeldia, ameaça que se manteve presente durante toda o período de regência e governo de D. Pedro II.

# Cabanagem



*Tomada de Belém pelos Cabanos em1835*

A **Cabanagem** foi uma revolta de cunho social ocorrida na então Província do Grão-Pará entre os anos de1835 e 1840. Entre as causas dessa revolta citam-se a extrema miséria do povo paraense e a irrelevância política à qual a província foi relegada após a pretensa independência do Brasil.

A denominação *Cabanagem* remete ao tipo de habitação da população ribeirinha mais pobre, formada principalmente por mestiços, escravos libertos e índios. A classe latifundiária do Grão-Pará, ressentia-se da falta de participação nas decisões do governo central, dominado pelas províncias do Sudeste e do Nordeste. No geral, participou da Cabanagem uma multidão de pessoas muito pobres, submetidas à exploração dos poderosos da região. Eram negros, índios e mestiços que trabalhavam na exploração de matérias primas da região e moravam em cabanas à beira dos rios. Os cabanos queriam sair da situação de miséria em que viviam. Para isso, tinham que lutar contra os responsáveis pela exploração e pelas injustiças.

A princípio, os cabanos foram apoiados por fazendeiros do Pará descontentes com a política do governo imperial e com a falta de autonomia da província. Os fazendeiros queriam mandar livremente no Pará e exportar sem barreiras o cacau, madeira, ervas aromáticas, peles, etc. Não demorou muito para que os fazendeiros se afastassem da Cabanagem, pois ficaram com medo das idéias que existiam no movimento. Os cabanos queriam acabar com a escravidão, distribuir terras para o povo e acabar com os exploradores.

*Habitação ribeirinha que deu origem ao nome Cabanagem*

Um dos principais chefes da Cabanagem foi o padre Batista Campos que, no interior paraense, costumava benzer os pedaços de pau utilizados como armas pelos Cabanos. A cabanagem teve muitos outros líderes populares, conhecidos por apelidos como o João do Mato, Domingos Onça, Mãe da Chuva, Gigante do Fumo.

Em janeiro de 1835, tropas de cabanos conquistaram a cidade de Belém (capital da província) e justiçaram várias autoridades do governo, entre elas o presidente da província.

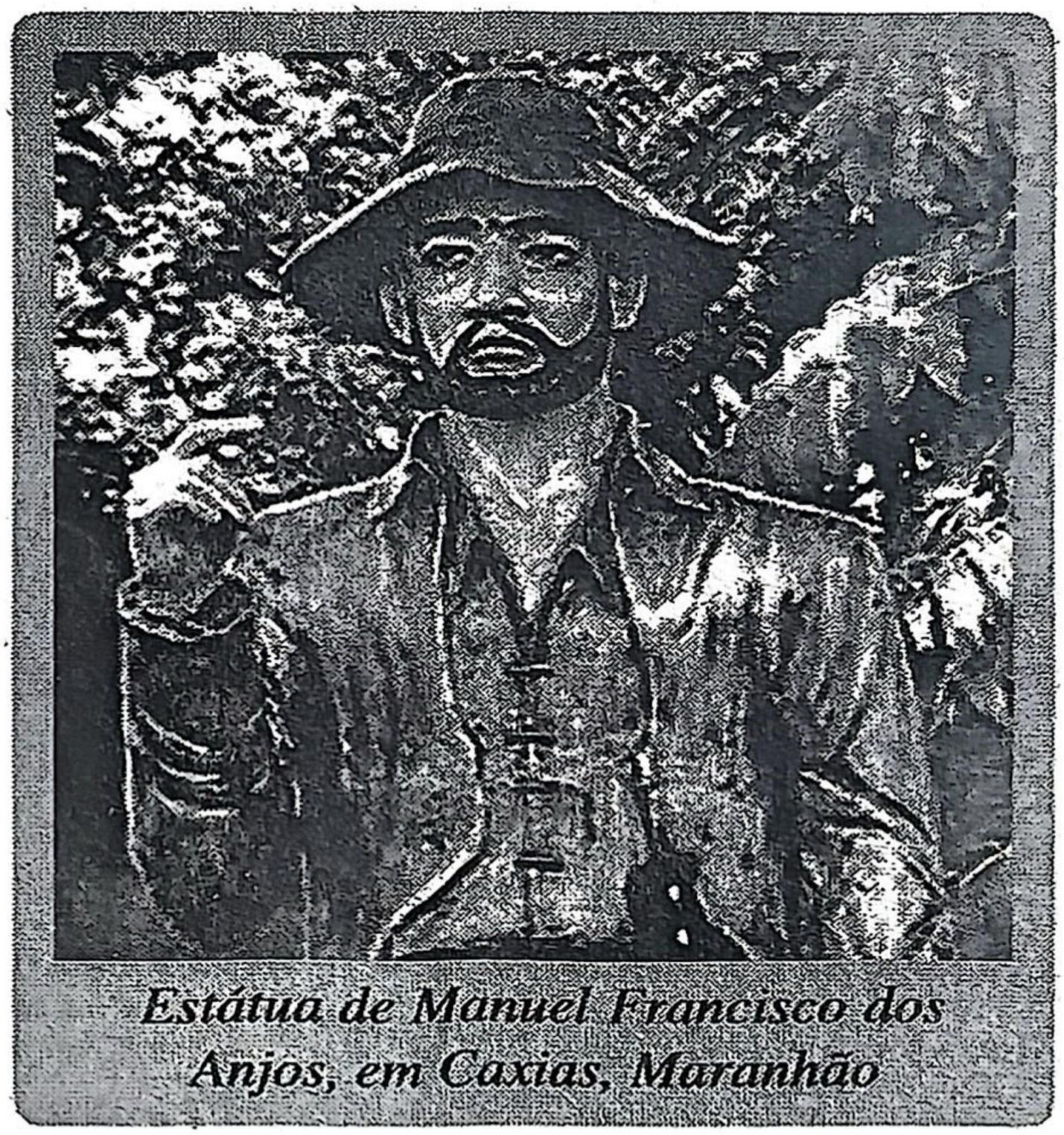
Formou-se o primeiro governo cabano com Félix Malcher na presidência. Porém, Malcher surpreende os cabanos declarando-se fiel ao imperador e reprime duramente a revolta. Malcher é então executado e Francisco Vinagre, outro cabano, é colocado na presidência. E eis que ele também se declara fiel ao governo imperial.

Sua completa traição é evitada por seu irmão, Antônio Vinagre, mas os cabanos cometem o erro de manter Francisco no poder. A regência imperial, então, envia fortes contingentes militares, encarregados de sufocar a rebelião. Ao chegar ao Pará, as tropas imperiais são auxiliadas por Francisco Vinagre, que, enfim, trai pela segunda vez os cabanos.

Logo após, os cabanos que se encontravam no interior se movimentaram para a capital, tomando o poder novamente. O chefe dessa segunda investida foi Eduardo Angelim, que mesmo sendo da classe média, favorecia demais os pobres, causando estranheza e abandono dos outros líderes, culminando com o fim de seu governo, que foi de agosto de 1835 a abril de 1836. O governo reprimiu duramente os cabanos, fazendo vários massacres. O movimento ficou ativo entre 1836 e 1840, no interior da Amazônia, por meio da guerra de guerrilhas.

Foi "um dos mais notáveis movimentos populares do Brasil, o único em que as camadas pobres da população conseguiram ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade", segundo o historiador Caio Prado Júnior.

# Balaiada



*Estátua de Manuel Francisco dos Anjos, em Caxias, Maranhão*

A **Balaiada** foi uma revolta de fundo popular, ocorrida entre 1838 e 1841 no interior da então Província do Maranhão. Foi feita por pobres da região, escravos, fugitivos e prisioneiros. Nessa época, a economia agrária do Maranhão atravessava grande crise. Sua principal riqueza, o algodão, vinha perdendo preço e compradores no exterior, devido à forte concorrência internacional do algodão produzido nos Estados Unidos (mais barato e de melhor qualidade que o produto brasileiro).

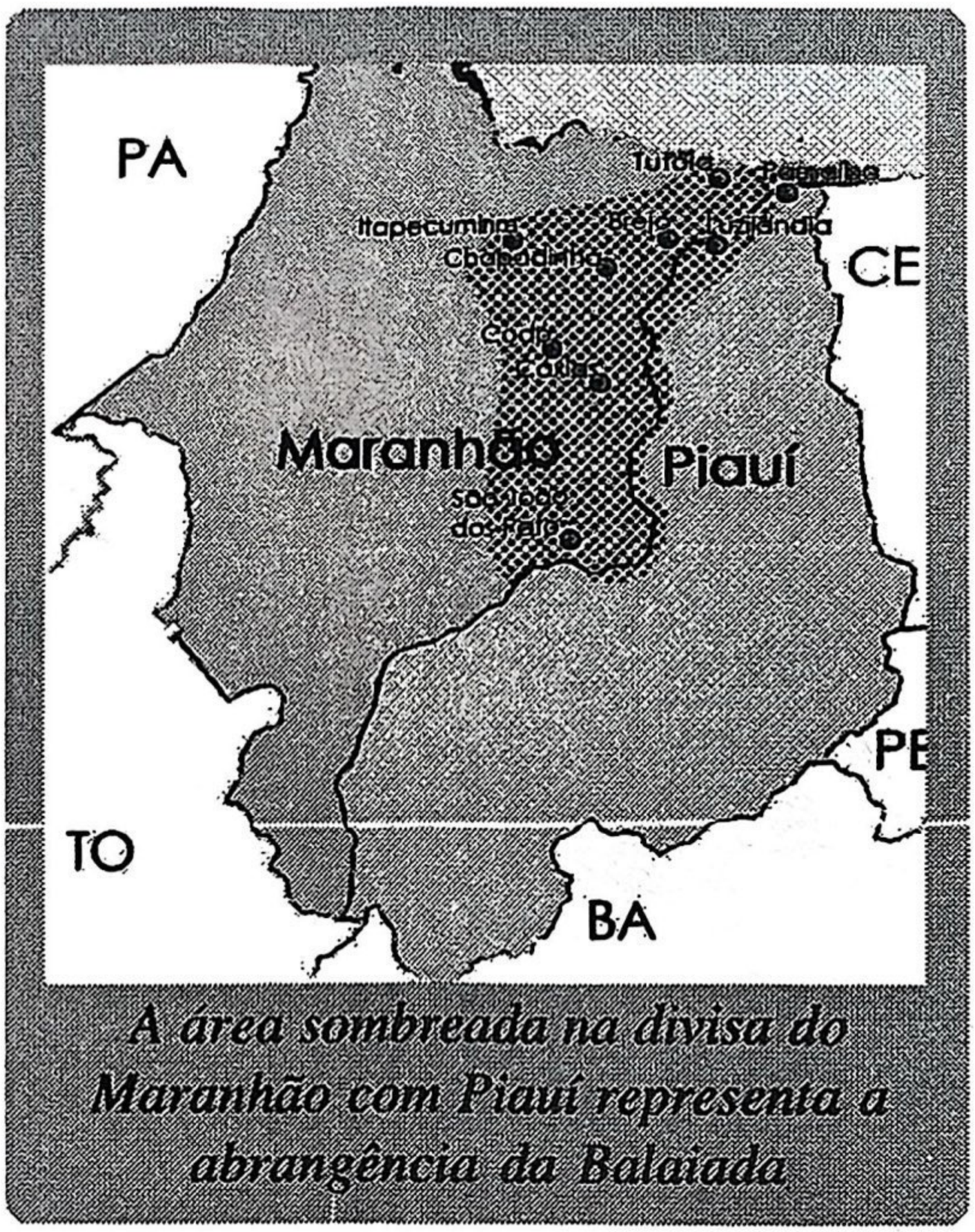
Quem mais sofria as conseqüências dos problemas econômicos do Maranhão era a população pobre. Ou seja, uma multidão formada por vaqueiros, sertanejos e escravos. Cansada de tanto sofrimento, essa multidão queria lutar, de algum modo, contra as injustiças. Lutar contra a miséria, a fome, a escravidão e os maus-tratos. Havia também muita insatisfação política entre a classe média maranhense da cidade, que formava o grupo dos

bem-te-vis. Foram os bem-te-vis que iniciaram a revolta contra os grandes fazendeiros conservadores do Maranhão e contaram com a participação explosiva dos sertanejos pobres.

Os principais líderes populares da Balaiada foram: Manuel Francisco dos Anjos Ferreira (fazedor de balaios, donde surgiu o nome balaiada); Cosme Bento das Chagas (chefe de um quilombo que reunia aproximadamente três mil negros fugitivos); Raimundo Gomes (vaqueiro).

A Balaiada não tinha um projeto político definido. Não tinha um movimento único. Foi um conjunto de lutas dos sertanejos marcadas pelo desejo de mudança social.

Os rebeldes balaios conseguiram conquistar a cidade de Caxias, uma das mais importantes do Maranhão. Mas não havia clareza de objetivos entre os líderes populares ao assumir o governo. O poder foi então entregue aos bem-te-vis (liberais), que já estavam preocupados em conter a rebelião dos sertanejos.



*A área sombreada na divisa do Maranhão com Piauí representa a abrangência da Balaiada.*

nel Luís Alves de Lima e Silva (o futuro famigerado Duque de Caxias). Nessa altura do acontecimento, a classe média do Maranhão (os bem-te-vis) já havia abandonado os sertanejos e apoiava as tropas governamentais.

A direção final do movimento ficou praticamente nas mãos do preto Cosme. Utilizando-se do recurso da anistia, o governo imperial consegue, em 22 de agosto de 1840, a rendição de muitos rebeldes. Vale lembrar que a repressão à Balaiada marcaria o início da chamada "pacificação" através da qual Duque de Caxias "procurou sufocar" as freqüentes revoltas que perpassaram a sociedade brasileira durante o Império.

# Teófilo Ottoni e a Revolução Liberal de 1842

No Brasil, os anos que se seguiram à separação do reino de Portugal proclamada por D. Pedro I (7 de setembro de 1822), como temos visto foram de levantamentos populares em muitas partes do Brasil. No ano de 1842, no interior de Minas Gerais se levantou um movimento revolucionário liberal antimonárquico e em prol da república. A "independência" em relação a Portugal não modificara em nada a espoliação do trabalho e das riquezas produzidas pelos brasileiros, bem como seguiu inabaláveis os privilégios dos senhores de terra, da parasitária nobreza e dos portugueses abastados. As cidades surgidas em torno da mineração do ouro e dos diamantes, muito populosas, tornavam-se centro de efervescência de descontentamentos.

Na Vila do Príncipe (atual Serro), Teófilo Benedito Ottoni, homem de formação progressista, inspirado na Independência do Estados Unidos da América do Norte e na Revolução Francesa, lidera um movimento com base em um programa republicano-liberal. Através do jornal A Sentinela do Serro, o qual levava o *slogan* retirado da Revolução Francesa "*O povo tem o direito de rebelião contra a opressão*" e a figura de dois *sans-culote* (guardas revolucionários da Revolução Francesa) espalhava os ideais revolucionários. Passando ao levantamento armado na cidade do Serro do Frio e conformando colunas de combatentes marcha para apoiar a rebelião em outras cidades de Minas

como Sabará, Santa Luzia, Queluz (Conselheiro Lafaiete), Vila Rica (Ouro Preto). O objetivo era levantar toda a província de Minas e se articular com os movimentos republicanos e antimonárquicos que explodiam pelo país numa rebelião nacional contra o Império e de preparação para a futura república democrática.

O império estava empenhado em sufocar as muitas rebeliões e incumbira seu fiel escudeiro Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, para arrasar a ferro e fogo qualquer movimento. Mesmo enfrentando a Revolução Farroupilha o Duque de Caxias lançou suas tropas contra o levantamento chefiado por Teófilo Ottoni. E foi nos combates pelo controle de Santa Luzia que o movimento revolucionário foi derrotado. Após ter batido as forças dirigidas por Caxias Teófilo Ottoni foi surpreendido pelo ataque de outras forças dirigidas pelo irmão de Caxias, sendo as tropas insurretas cercadas e aniquiladas. Teófilo Ottoni foi preso e conduzido ao presídio de Vila Rica e seu movimento desbaratado.

**Questão:**

1 – Quais acontecimentos internacionais influenciaram a Revolução Liberal de 1842 e Teófilo Ottoni, seu principal expoente? Qual a importância dessas idéias para o desenvolvimento do movimento revolucionário liberal e republicano?

# A Revolta Praieira

A Revolta Praieira, foi um movimento de caráter liberal e separatista que eclodiu na então Província de Pernambuco, no Brasil, entre 1848 e 1850.

*Guerrilheiro da Revolta Praieira*

De forma global, inscreveu-se no contexto das revoluções socialistas e nacionalistas que varreram a Europa neste período do século XIX, incluindo a Revolução de 1848 na França que promoveu a extinção do Absolutismo no país.

A nível local foi influenciada pelas idéias liberais dos que se queixavam da falta de autonomia provincial, sendo marcada pelo repúdio à monarquia, com manifestações a favor da independência política, da república e por um reformismo radical.

Com fundo social, econômico e político, contou com a participação das camadas mais pobres da Província de Pernambuco, oprimidas pelos grandes proprietários fundiários .

Em 1842, alguns integrantes do Partido Liberal se rebelaram e fundaram o Partido Nacional de Pernambuco (Partido da Praia). Eles apontavam o autoritarismo e desmando dos latifundiários locais, expressados principlamente nas famílias Rego Barros e Cavalcanti.

Além destes fatores, havia outras razões. Como exemplo a Inglaterra que fazia pressão para o fim do tráfico de escravos. Porém para as famílias Cavalcanti e Rego Barros, isso não significava problemas, pois conseguiam escravos baratos através da prática do contrabando (que era acobertada pelas autoridades), enquanto que os outros senhores de escravos eram obrigados a pagar o preço de mercado pelos negros aprisionados.

Tudo isso foi denunciado via imprensa pelos praieiros. Do lado dos conservadores (também chamados "guabirus" – nome de um rato que na linguagem figurada significava "ladrão") estava o jornal "Diário de Pernambuco" e, do lado dos praieiros, o jornal "Diário Novo" – que ficava na rua da Praia, daí o nome do movimento. Esse duelo através dos jornais durou até 1844.

A partir desse mesmo ano, o Partido da Praia começou a crescer e apresentar uma grande influência política na região. Em 1848, com a volta dos conservadores ao poder no Rio de Janeiro e com a nomeação de Herculano Ferreira Pena para o governo de Pernambuco (com a missão de sufocar as manifestações de descontentamento), a situação ficou incontrolável e em 7 de novembro explodia a revolta.

Os praieiros defendiam um programa progressista:

- Voto livre e universal
- Liberdade de imprensa
- Garantia de trabalho
- Nacionalização do comércio (que estava nas mãos dos portugueses)
- Reformas econômicas e sociais

Em fevereiro de 1849, os praieiros liderados por Pedro Ivo entraram em Recife. No entanto, a fragilidade das forças rebeldes não permitiu uma luta muito longa e, pouco tempo depois dos ataques à Recife e à Paraíba (ambos fracassados), Pedro Ivo se rendia (03/02/1848), pondo fim à rebelião.

Com o fim da Revolta Praieira encerra-se um ciclo de importantes lutas ocorridas durante parte do período imperial brasileiro, período caracterizado pela conformação de movimentos com uma grande participação do povo e com a similariedade de pontos programáticos, destacando-se a questão da libertação dos escravos e da instauração da República.

## Controle de Leitura

1) Faça com seu grupo uma leitura coletiva, marcando no texto as palavras que você não compreendeu. Feito isso, procure debater o seu significado dentro do próprio grupo.

2) Após a leitura e solucionada as dúvidas em relação aos significados das palavras, o grupo deverá levantar no máximo três questões considerados pela maioria como as mais importantes ou que merecem uma discussão mais profunda. Elas deverão ser anotadas em um pedaço de papel e entregues ao monitor.

3) Qual o principal fator econômico que motivou a revolta dos estancieiros gaúchos?

4) Identifique as semelhanças e diferenças entre a Cabanagem e a Balaiada. Discuta com seus companheiros os apontamentos que estas lutas dão ao movimento popular atual.

# A Lei de Terras de 1850

## *Mais uma vez, a terra não é do povo!*

*Latifúndio de café, um dos beneficiados pela Lei de 1850*

Como afirmamos na introdução deste caderno, já no século XIX têm início às pressões da Inglaterra pelo fim da escravidão, invocada não por humanismo, mas movida pelas tendências do comércio mundial. Em 1850, começam a aparecer leis reprimindo o tráfico de escravos, o que incentiva a imigração de europeus, juntamente com as idéias racistas de "branqueamento".

Eis que surge, também em 1850, para impedir aos pobres o acesso ao meio de produção fundamental na agricultura, a Lei de Terras. Ela reforça a discriminação já em seu segundo artigo:

quem não era branco, não tinha direito à propriedade de terras. E como quem era pobre não podia votar, não podia, portanto, negociar direitos. A lei dá fim ao sistema de sesmarias, que existia desde 1500, e passa a exigir contratos de compra e venda na aquisição de terras, mencionando o reconhecimento de posses já existentes, o que de fato ocorreu muito pouco.

Assim, é garantida aos grandes proprietários da força de trabalho imensas faixas de terra que já possuíam e a incorporação de outras, o que inaugura um novo tipo de "escravidão", mais lucrativa ainda: o trabalho de posseiros, meeiros e imigrantes. Esses trabalhadores, firmavam "um contrato pelo qual se obrigavam a não abandonar a fazenda até pagar suas dívidas (com o governo, proprietários ou companhias colonizadoras) que, na verdade, só faziam aumentar devido ao custo de manutenção dos primeiros anos.

As chamadas "terras devolutas" eram de posse do governo até o fim do Império, quando passaram para a posse dos estados, num grande trunfo das elites regionais, que aumentaram seu poder de barganha. Devolutas também eram as terras onde muitas tribos indígenas viviam em toda a região Sul. O índio era considerado parte da fauna, portanto não proprietário.

Um dos objetivos da Lei de Terras foi exatamente impedir que os imigrantes e os trabalhadores brancos pobres, negros libertos e mestiços tivessem acesso a terra. Seu efeito prático foi dificultar a formação de pequenos proprietários e liberar a mão-de-obra para os grandes fazendeiros. Dessa maneira, foi barrado o acesso a terra para a grande maioria do povo brasileiro, que

sem opções migrou para os centros urbanos ou tornou-se bóia-fria. Outros continuaram no campo como posseiros, numa situação de ilegalidade, sem direito ao título de propriedade.

A Lei de Terras de 1850 foi apenas fachada legal que permitiu as maiores crueldades contra os povos indígenas e posseiros; crueldades realizadas não só pelas companhias colonizadoras, mas também pelos governos provinciais e até pelo próprio Exército brasileiro.

# Imigração e nascedouro da indústria no Brasil

O Brasil não nasceu país como nós o conhecemos. Foi fruto da colonização de uma terra que já tinha seus habitantes. Durante o processo de ocupação da terra a Coroa Portuguesa enviou milhares de indivíduos na tentativa de povoar seu novo território, processo esse que é chamado de colonização.

Para incrementar a força de trabalho existente na época, foi introduzido o escravo, proveniente da África, constituindo a população negra do país. Com a chegada da Família Real portuguesa à colônia, em 1808, observou-se a necessidade de instauração de uma colonização mais efetiva nas províncias do sul da colônia, que se encontravam à mercê da invasão espanhola.

A partir daí começou-se a incentivar a entrada de europeus sob a bandeira portuguesa com a intenção de povoar as regiões que hoje conhecemos como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Podemos definir imigração como sendo o fenômeno de uma pessoa ingressar e se estabelecer em país estranho. Desta definição podemos compreender que o afluxo de pessoas que existiu no território brasileiro antes de sua independência não se constituía em imigração por deveras, mas sim em mera colonização efetuada por país estrangeiro.

A imigração para o Brasil começa realmente a partir de sua "independência" em 1822, podendo ser dividida em três tipos: a de povoamento, a voltada para o trabalho assalariado, substitutiva da mão de obra escrava nas fazendas de café, e a de profis-

sionais liberais que vieram para o Brasil para trabalhar seja como representantes de firmas comerciais, seja como autônomos.

*Imigrantes italianos trabalham na lavoura*

Como afirmamos anteriormente, a independência do Brasil da metrópole portuguesa em 1822 não ocasionou mudanças significativas no seu panorama social e econômico, sendo mantida a antiga estrutura produtiva relacionada ao modo de produção escravista e ao latifúndio agrário-exportador. Sucedeu, contudo, a alteração de nossa subordinação política que migrou definitivamente para o plano de influência inglesa, o qual já vinha se afirmando desde a assinatura dos tratados de 1810 entre Inglaterra e Portugal.

Durante a primeira metade do século XIX, o Brasil teve que encarar ferrenha competição de outros países agro-exportadores: Cuba e Antilhas; e o surgimento de novas tecnologias, como o caso da produção de açúcar de beterraba, o que acabou por minar as exportações de açúcar, bem como a de algodão, que encontrava concorrente de peso nos Estados

Unidos da América, diminuindo assim drasticamente a receita de nossa balança comercial.

Os ideais iluministas, liberais e, sobretudo, os ideais econômicos ingleses, aos poucos foram calcando o fim da escravidão no Brasil. A revolução industrial exigia a abertura de novos mercados e a escravidão era um empecilho à sua afirmação. Desse modo vários acordos foram firmados, mas sempre descumpridos, em virtude dos interesses da aristocracia rural brasileira.

A partir da segunda metade do século XIX o aumento do consumo do café nos Estados Unidos e na Europa fizeram surgir um novo ciclo econômico no Brasil. Este, por sua vez, encontrou terras vastas e solos propícios para as plantações, bem como mão de obra excedente proveniente da então decadente economia mineira, além de grande quantidade de mulas e estrutura portuária razoável, instalada na cidade do Rio de Janeiro, Capital do Império, para escoar a produção.

Iniciada na Província do Rio de Janeiro, logo a cultura do café se direcionou para a Província de São Paulo, se desenvolvendo particularmente bem, em virtude das boas condições de solo e clima.

Todavia, o empobrecimento dos solos do Vale do Paraíba, devido ao emprego de técnicas de produção rudimentares, levou à busca de novas terras para o cultivo e sua expansão até o oeste paulista e norte do Paraná. Para essas terras do interior se dirigiram milhares de imigrantes europeus, principalmente italianos e espanhóis, na maioria camponeses pobres em sua terra natal

que foram expulsos de suas terras e de seu país, restando o trabalho em terra estrangeira.

A cultura do café, diferentemente dos outros ciclos econômicos pelos quais passou o Brasil, caracterizou-se por ser totalmente controlada dentro do nosso país, haja vista que antes a produção era feita aqui e comercializada obrigatoriamente pela metrópole.

Durante o novo ciclo econômico, sucedeu uma série de mudanças gradativas no itinerário econômico e tecnológico do país, de modo a acompanhar as transformações pelas quais o resto do mundo passava. Primeiramente há que se considerar que o fim do tráfico de escravos proporcionou a liberação de uma grande quantidade de capitais.

Aliado a este fator, a sobretaxação dos produtos estrangeiros promovida pela tarifa Alves Branco, estipulada em 1844 e que fixava taxas de 20 a 60% para os produtos de importação, e o aumento considerável das vendas do café no exterior

*Hospedaria dos imigrantes*

possibilitaram o surgimento de um pequeno foco industrial. A penetração da lavoura de café para o interior paulista inviabilizou, em virtude da distância, o transporte do café no lombo de mulas, e a necessidade fez com que a revolução industrial da locomotiva a vapor chegasse ao interior do Brasil para efetuar sua ligação aos portos do litoral.

No contexto de tais transformações é importante ressaltar o que diz Nelson Werneck Sodré, que no decênio compreendido entre 1850 e 1860 se processa no Brasil um grande impulso industrial, sendo que se "instalam no país 62 empresas industriais, 20 companhias de navegação, 23 de seguro, 4 companhias de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte, 2 de gás, 8 ferrovias, 14 bancos e 3 caixas econômicas".

O Brasil se encontrava extremamente dependente da economia externa e o desenvolvimento da indústria no Brasil acabou sendo patrocinado pelo investimento externo, o capitalismo já se encontrava na sua fase imperialista. O capitalismo não mais dependia somente da circulação de mercadorias, ele agora procurava novos mercados para investir o capital acumulado ao longo dos anos (exportação de capital).

Nesse momento, torna-se pertinente entender um pouco melhor sobre o conceito de capitalismo burocrático, ou seja, a fusão do capitalismo financeiro (o imperialismo) com o capitalismo de origem comprador e feudal do país. A burguesia imperialista européia e ianque, ao contrário da época de suas revoluções (séc.XVIII e XIX), onde liquidou o feudalismo com a democratização da propriedade da terra e a destruição das

instituições feudais através da instalação da República Democrática, passou a se apoiar exatamente sobre a base podre das oligarquias rurais e seu sistema latifundiário com suas relações semifeudais.

Outro dado importante, não foi só a Inglaterra que investiu no Brasil, mas vários outros países, como por exemplo a Alemanha e a Bélgica. Mas durante esse período que se estende até aproximadamente ao primeiro quarto do século XX nenhum deles investiu no Brasil como investiu a Inglaterra. O capital estrangeiro atuou praticamente em todas as áreas da economia brasileira, o que afetou profundamente o desenvolvimento de uma industria nacional e a formação social do nosso país.

# O abolicionismo

A história do Abolicionismo no Brasil remonta aos movimentos emancipacionistas no período colonial, particularmente à Conjuração Baiana (1798), em cujos planos encontrava-se o da erradicação da escravidão. Após a chamada Independência do Brasil, as discussões a seu respeito estenderam-se pelo período do Império, tendo adquirido relevância a partir de 1850 e caráter verdadeiramente popular a partir de 1870.

Em Março de 1845 esgotou-se o prazo do último tratado assinado entre o Brasil e a Inglaterra e o Governo britânico decretou, em agosto, o *Bill Aberdeen*. Com o nome de Lord Aberdeen, do *Foreign Office* (o Ministério britânico das Relações Exteriores), o ato dava ao Almirantado britânico o direito de aprisionar navios negreiros, mesmo em águas territoriais brasileiras, e julgar seus comandantes. Os capitães ingleses receberam poderes de atracar navios brasileiros em alto mar e verificar se transportava escravos — em caso positivo, deveriam se desfazer da carga, devolvendo os escravos à África, ou transferi-la para os navios ingleses.

No Brasil, o Bill Aberdeen provocou pânico entre traficantes e proprietários de escravos e de terras. A conseqüência imediata foi o significativa, e paradoxal, aumento na quantidade e no preço dos escravos! Caio Prado Júnior diz que em 1846 entraram 50 324 escravos e em 1848 60 mil. Calcula-se que, até 1850, o país recebeu 3,5 milhões de africanos cativos.

No ano de 1854 era aprovada a Lei Nabuco de Araújo (Ministro da Justiça de 1853 a 1857) que previa sanções para as autoridades que encobrissem o contrabando de escravos. Os últimos desembarques de que se tem notícia aconteceram em 1856.

A imigração até 1850 vinha sendo um fenômeno espontâneo. Entre 1850 e 1870, passou a ser promovida pelos latifundiários. Vindos primeiramente da Alemanha, sem êxito, e depois da Itália, os imigrantes, muitas vezes enganados e com contratos que os faziam trabalhar em regime quase escravo, ocuparam-se do trabalho rural na economia cafeeira. Tantos retornaram a seus países que houve necessidade de intervenção de consulados e das entidades que os protegiam, como algumas sociedades promotoras de imigração. Foram muitas as regiões em que os escravos foram substituídos pelos imigrantes. Algumas cidades em 1874 tinham 80% dos trabalhadores rurais negros e em 1899, 7% de trabalhadores negros e 93% brancos.

*Joaquim Nabuco*

*José do Patrocínio*

*Castro Alves*

A escravidão começou a declinar com o fim do tráfico de escravos, em 1850 (após a aprovação de lei de autoria de Eusébio de Queirós). Progressivamente, os imigrantes europeus assalariados substituíram os escravos no mercado de trabalho. Esse era o grande desejo da Inglaterra, a maior representante do capitalismo. Mas foi só a partir da Guerra do Paraguai que o movimento abolicionista ganhou impulso. Milhares de ex-escravos que retornaram da guerra vitoriosos, muitos até condecorados, correram o risco de voltar à condição anterior por pressão dos seus antigos donos. O problema social tornou-se uma questão política para a elite dirigente do Segundo Reinado.

A Lei do Ventre Livre declarava de condição livre os filhos de mulher escrava nascidos desde a data da lei (1871). O índice de mortalidade infantil entre os escravos aumentou, pois além das péssimas condições de vida, cresceu o descaso pelos recém-nascidos. Joaquim Nabuco escreveu em 1883: "O abolicionismo é antes de tudo um movimento político, para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade" (isso seria menos custos para os donos dos escravos).

A edição da Lei do Sexagenário (libertava os escravos com mais de 60 anos) conjuntamente com o movimento organizado por Joaquim Nabuco e José do Patrocínio (*Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*), praticamente

decretou a abolição da escravidão no Brasil, que teve seu fim formal com a assinatura da chamada Lei Áurea.

A poesia de Castro Alves chicoteava a escravidão, como nos seguintes versos:

"Cai, orvalho de sangue do escravo,
Cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz...
Um suor frio lhe passou nos membros...
No corpo a vida para sempre cansa.
Caiu por terra, mas lembrando o filho
Com os lábios hirtos repetiu - vingança."

A escravidão chega ao seu final em 1888 com uma lei que, na verdade, não correspondia aos anseios nem de Joaquim Nabuco e muito menos de Castro Alves.

Aos ex-escravos só restou a sorte de serem transformados em camponeses, continuando a luta como quilombolas ou se amontoando na periferia das grandes cidades.

Por um outro lado, o latifúndio não tardou a refazer-se do golpe recebido (perda da força de trabalho do escravo negro) e encontrou, rapidamente, novas formas servis de trabalho para subsitituir o braço escravo.

# Reestruturação do Estado Brasileiro com a "Proclamação da República"

Diversos fatores despertaram o processo de decomposição da monarquia e surgimento da República, compondo, naquele momento, a reestruturação do Estado Brasileiro. Abaixo, resumiremos esses fatores:

- A crise econômica agravou-se em função das elevadas despesas financeiras geradas pela Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai - 1870), cobertas por capitais externos. Os empréstimos brasileiros elevaram-se de três milhões de libras esterlinas em 1871 para quase 20 milhões em 1889, o que causou uma inflação da ordem de 1,75% ao ano, no plano interno.

- Os militares do Exército Brasileiro estavam descontentes com a proibição, imposta pela Monarquia, pela qual os seus oficiais não podiam manifestar-se na imprensa sem uma prévia autorização do Ministro da Guerra, além de que os militares não possuíam uma autonomia sobre a defesa do território, estando sujeitos às ordens do imperador que se sobrepunha inclusive às ordens do General.

- Diante das medidas adotadas pelo Império para a gradual extinção do regime escravista, essas elites reivindicavam do Estado indenizações proporcionais ao número de escravos alforriados. Com a decretação da Lei Áurea (1888), e ao deixar de indenizar esses grandes proprietários rurais, o Império perdeu o seu último pilar de sustentação.

*Operários diante da fábrica, na cidade de São Paulo, posam para a fotografia coletiva*

Em novembro de 1889, setores do Exército, da burguesia incipiente e da classe latifundiária do país promoveram um golpe militar, "proclamando" a República. Com isso, a classe dominante brasileira continua no poder, agora nas novas condições que o modelo econômico dominante exigia.

## Trocando em miúdos....

Com a separação de Portugal em 1822 e a abolição da escravatura em 1888, nada na estrutura fundiária do país se alterou. As relações de produção de tipo feudal se agravaram consolidando no jurídico, com a Lei de Terras, de 1850, que estipulava que o acesso à terra só se realizaria através de sua compra. A manutenção e o reforço do caráter privado do regime jurídico de propriedade da terra, baseado no latifúndio, por si só representava o mais formidável obstáculo para o desenvolvimento capitalista, não somente no campo, mas no país como um todo, já que era no campo que se dava, essencialmente, a produção nacional.

A Abolição da Escravatura e a "Proclamação" da República não resultaram de processos revolucionários, portanto não realizaram qualquer alteração estrutural no país, senão que foram artifícios das classes dominantes retrógradas, as oligarquias rurais semi-feudais e burgueses compradores, para enfeixar mais poder e resistir às transformações democrático-burguesas que a realidade objetiva demandava.

Esta é a situação na qual se encontrava o país no momento em que o capitalismo entrara na etapa superior de seu desenvolvimento, marcada por um grande salto em sua expansão mundial, através da exportação de capital e da política colonial capitalista.

## Controle de Leitura

1) Faça com seu grupo uma leitura coletiva, marcando no texto as palavras que você não compreendeu. Feito isso, procure debater o seu significado dentro do próprio grupo.

2) Após a leitura e solucionada as dúvidas em relação aos significados das palavras, o grupo deverá levantar no máximo três questões considerados pela maioria como as mais importantes ou que merecem uma discussão mais profunda. Elas deverão ser anotadas em um pedaço de papel e entregues ao monitor.

3) Explique a Lei de Terras de 1850 e reflita sobre o seu desdobramento na questão fundiária do país.

4)Escreva um pequeno texto relacionando os termos imigração, industrialização e desenvolvimento capitalista.

5) Comente a seguinte frase: "Aos ex-escravos só restou a sorte de serem transformados em sem terra, continuando a luta como quilombolas ou se amontoando na periferia das grandes cidades."

6) Qual o verdadeiro sentido da chamada proclamação da República?

# Indicações de Leitura


BRANDÃO, Ulisses. A confederação do Equador. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1924.

CANECA, frei Joaquim do Amor Divino. Obras políticas e literárias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Organização de Antônio Joaquim de Melo.

SANTOS, Maria Villela. A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão. São Paulo: Ática, 1983.

CHIAVENATO, Júlio José. Cabanagem, o povo no poder. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHIAVENATO, Júlio José. As lutas do povo brasileiro. São Paulo: Moderna, 1988.

SEGISMUNDO, Fernando. História Popular da Revolução Praieira. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1949.

POMAR, Pedro. Em Memória de Frei Caneca.

SODRÉ, Nelson Werneck. Razões da Independência.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifundio.

Escola Popular